

Projeto de Gestão dos Recursos Hídricos e Ordenamento do Território do Vale do Rio Tejo

Trabalho desenvolvido e executado em estreita colaboração e a pedido da AAR, responsável pela sua orientação e coordenação, tendo presente o Protocolo estabelecido com os Municípios de Santarém, Cartaxo e Azambuja.

Relatório final

5 Junho 2023 | Feira Nacional de Agricultura



Principal objectivo

Contributo para a gestão e ordenamento do território

(Levantamento de dados e informações)

Identificação das infraestruturas da região

Condicionalismos ambientais

Caracterização da Campanha agrícola (2022)

Mapas de responsabilidade de gestão

Estado actual da Vala da Azambuja

Estado actual do Rio Tejo

Recursos hídricos existentes

Entidades que colaboraram no projeto

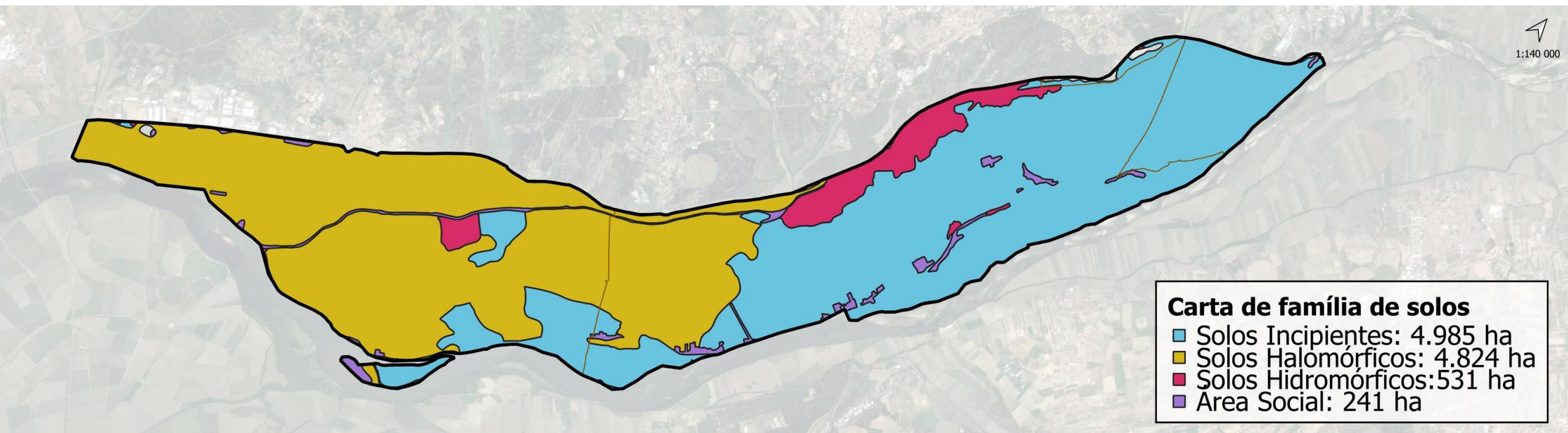
Levantamento da área do projeto

- Vias de comunicação
- Diques de proteção
- Águas residuais
- Locais de alojamento
- Pontos turísticos
- Condicionantes ambientais

Gestão do território

- Zonas de caça
- Segurança no campo
- Responsabilidade de manutenção de infraestruturas

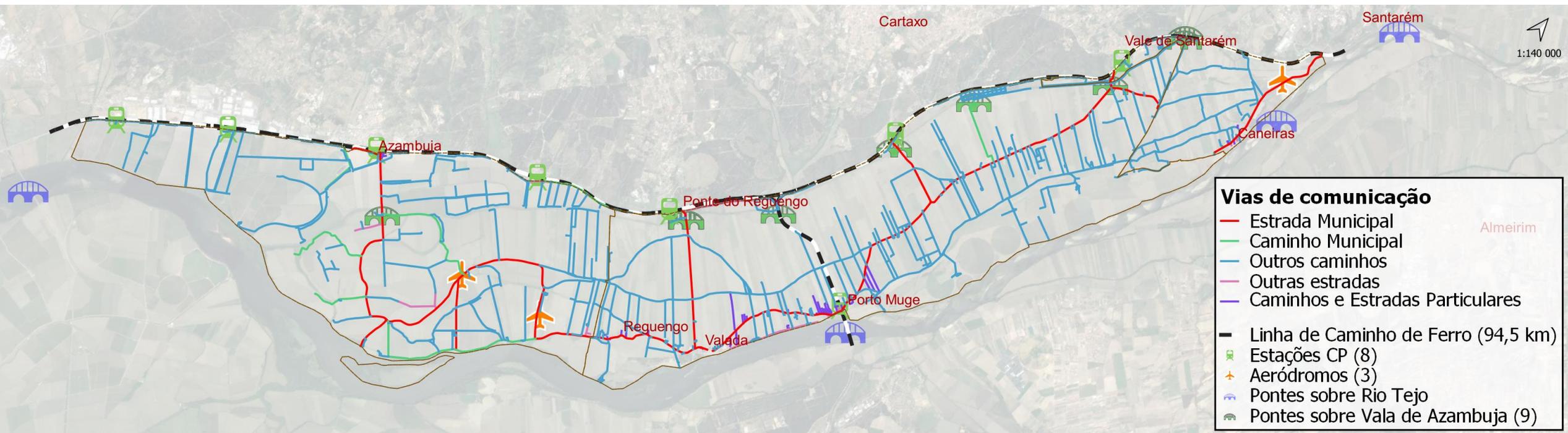




Solos Incipientes: Solos ainda em formação, não evoluídos é que não apresentam horizontes diferenciados relativamente ao material originário. Incluem 4 subordens: Litossolos, regossolos, aluviossolos, coluviossolos (solos de baixa).

Solos Halomórficos: são caracterizados por apresentarem quantidades excessivas de sais solúveis e/ou teor elevado de sódio. (Solos salinos, em geral com cloreto de sódio)

Solos Hidromórficos: solos sujeitos a encharcamento temporário ou permanente que ocorrem em terreno plano ou côncavo.



Existem cerca de 310 km de estradas e caminhos com várias classificações distribuídos do seguinte modo:

Outros caminhos (240 km) carece esclarecimento de responsabilidade de manutenção entre municípios e proprietários.

Tipologia	Comprimento total (km)			
	Área de estudo	Santarém	Cartaxo	Azambuja
Estrada Municipal	39	2	22	15
Caminho Municipal	15	0,1	1	13
Outros Caminhos	241	23	125	92
Outras Estradas	7	0,1	4	3
Caminhos e Estradas Particulares	8	0,2	7	0,3
Total	310	25	161	124

Fonte: Dados provenientes das câmaras municipais envolvidas



Diques de Proteção

- Dique CP
- Dique das Ómnias
- Dique de Valada
- Dique Paredes Meias
- Dique Tapadinha

Dique	Responsabilidade	Comprimento (km)
Dique de Valada	APA	20,9
Dique Paredes Meias		7,7
Dique das Ómnias		3,6
Dique Tapadinha		0,8
“Dique” CP	IP	3,9
		36,9



Parte da informação disponibilizada pela APA e Câmaras municipais. Informação confirmada em campo e completada pelos autores deste estudo. Embora o “Dique CP” originalmente não tenha sido construído com o fim de proteção de cheias, considerou-se que pelas suas características, esta infraestrutura possa ser considerada como um dique de proteção.



ETAR da região

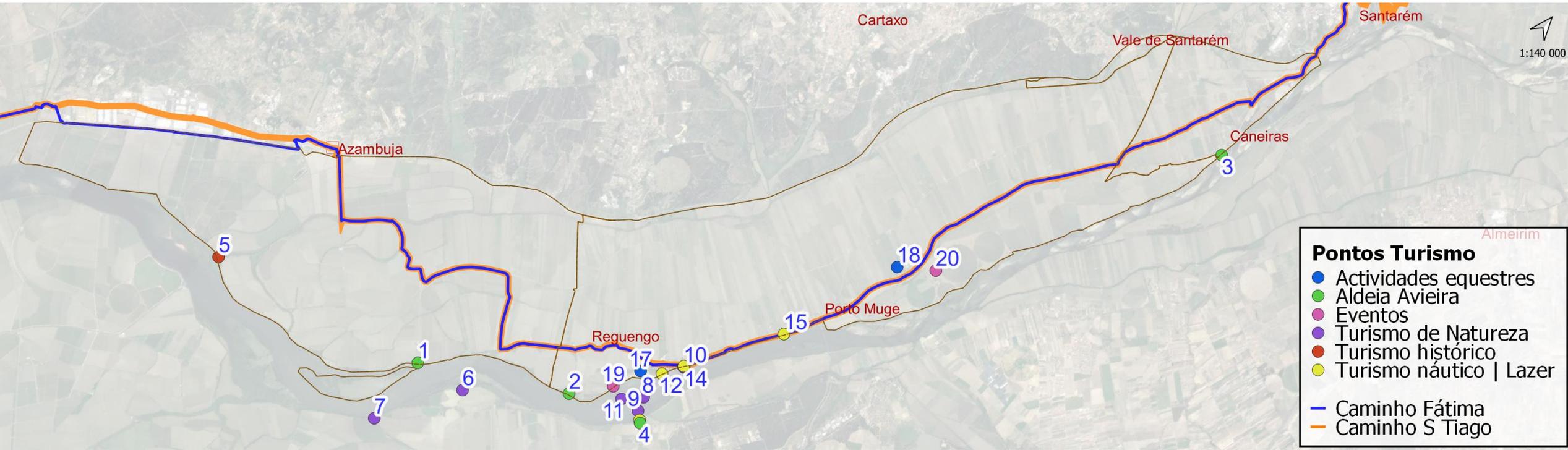
- ETAR
- ETAR Privada
- Escoamentos ETAR

Concelho	Identificação da infraestrutura de tratamento	População equivalente de dimensionamento (e.p.)	Água residual tratada (m ³ /ano) 2021	Caudal médio diário (M3)	Meio Receptor	Nível de tratamento	Pré tratamento	Processo de tratamento
Santarém	ETAR de Santarém	70 000	1 922 177	5.266	Vala da Azambuja/Tejo	Secundário	Gradagem, desarenamento	Lamas ativadas em arejamento convencional (média carga)
Santarém	ETAR do Vale de Santarém	3 650	160 091	439	Vala da Azambuja/Tejo	Secundário	Gradagem, desarenamento	Lamas ativadas em arejamento prolongado (baixa carga)
Cartaxo	ETAR Cartaxo	15.471	661.212	1.811		Terciário		Leito percolador (alta carga)
Cartaxo	Valada	3100	68.868	189		Secundário		Lamas ativadas em arejamento convencional (média carga)
Azambuja	Azambuja	7361	407 340	1.116	Ribeira de Vale Verde/ Rio Tejo		Grade mecânica	Lagoa anaeróbia, facultativa e de maturação
Azambuja	Vila Nova da Rainha	920	52 195	143	Rio Ota		Tamizador e desarenador de pista.	Tratamento biológico por arejamento prolongado
Azambuja	Virtudes / Aveiras	8310	471 945	1.293	Afluente da Ribeira de Aveiras		Tamizador e desarenador de pista	Lagoa anaeróbia, 2 lagoas arejadas e uma de maturação
			3.743.805	10.257				

Fonte: câmaras municipais



Foram identificados pelo autor cerca de 10 alojamentos turísticos. De realçar a oferta bastante concentrada em Valada e Porto de Muge.



Pontos Turismo

- Actividades equestres
- Aldeia Avieira
- Eventos
- Turismo de Natureza
- Turismo histórico
- Turismo náutico | Lazer

— Caminho Fátima
— Caminho S Tiago

Aldeia Avieira

- 1 Aldeia Avieira Porto da Palha/Lezirão
- 2 Aldeia Avieira Palhota
- 3 Cais de Caneiras
- 4 Fluvina de Escaroupim

Turismo histórico

- 5 Palacio das Obras Novas

Turismo de Natureza

- 6 Praia Doce
- 7 Bico da Goiva
- 8 Ilha dos Amores
- 9 Ilha das Garças
- 10 Praia Fluvial de Valada
- 11 Mouchão dos Seabras

Turismo náutico | Lazer

- 12 Só Rio
- 13 Rio-a-Dentro
- 14 Cais de Valada
- 15 Quinta da Marchanta
- 16 Ollem Turismo Fluvial

Actividades equestres

- 17 Duarte Seabra Cavalos
- 18 Sabinos Cavalos

Eventos

- 19 Herdade do Crescido
(Casamento e eventos)
- 20 Agro Global



Aldeia Avieira – Lezirão ou Porto da Palha (Azambuja)



Aldeia Avieira – Palhota (Cartaxo)



Aldeia Avieira – Caneiras (Santarém)



Aldeia Avieira – Escaroupim (Salvaterra de Magos)





Herdade do Crescido | Casamentos e Eventos



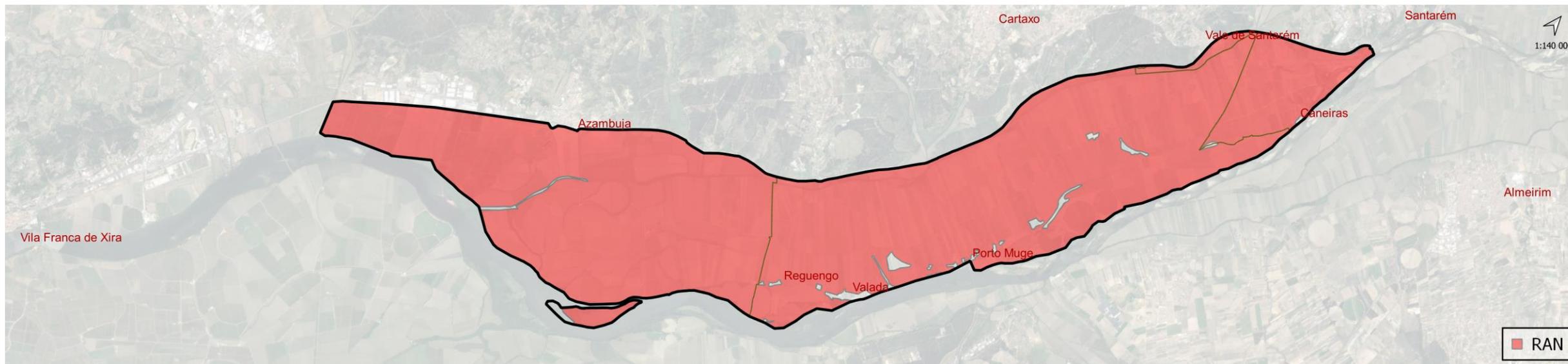
OH!RIO - Valada



Quinta da Marchanta



Ollem turismo

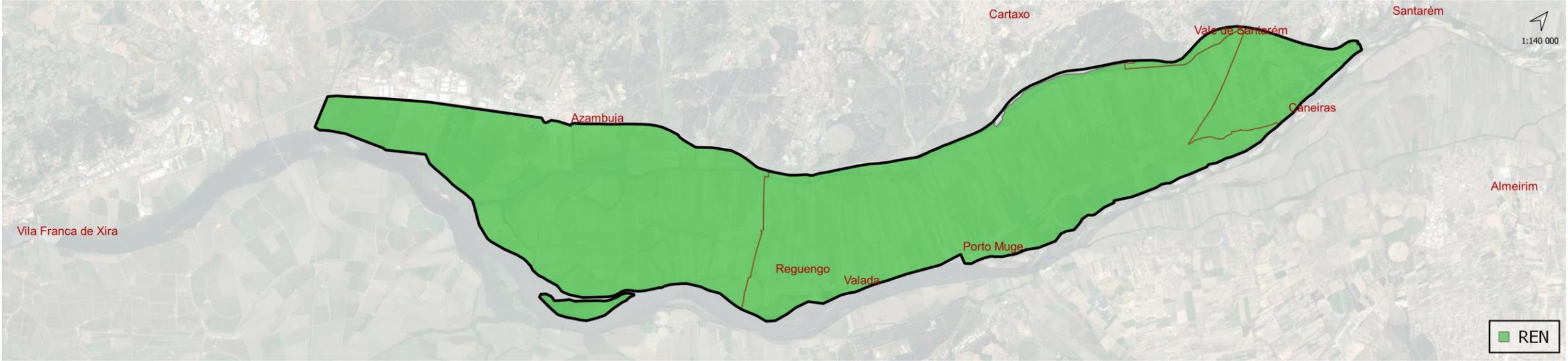


Município	Área	Área RAN	
	ha	ha	%
Santarém	860,1	851,7	99,0%
Cartaxo	5282,9	5165,2	97,8%
Azambuja	4489,8	4450,85	99,1%
	10632,8	10467,75	98,4%

A **RAN** é o conjunto das áreas que apresentam **maior aptidão para a atividade agrícola**, em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos. Por causa dessa maior aptidão, estas áreas são objeto de proteção especial. Este regime estabelece um conjunto de condicionamentos à **utilização não agrícola do solo**, identificando quais as ações permitidas.

A **RAN** tem como objetivos proteger o solo enquanto suporte do desenvolvimento da atividade agrícola; contribuir para o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola; promover a competitividade dos territórios rurais e contribuir para o ordenamento do território; contribuir para a preservação dos recursos naturais; assegurar a justiça intergeracional quanto a estes recursos; contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza; e prevenir situações que se revelem inaceitáveis para a perenidade do recurso «solo».

A **classificação das terras é feita pela Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural no âmbito da elaboração, alteração ou revisão dos planos municipais e intermunicipais.**



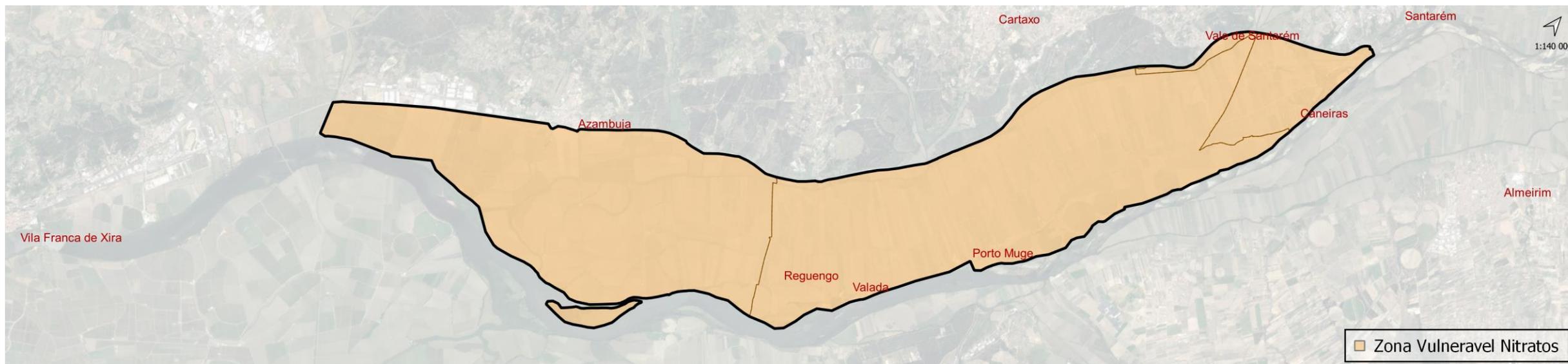
Município	Área	Área REN	
	ha	ha	%
Santarém	860,1	860,1	100%
Cartaxo	5282,9	5243,2	99,2%
Azambuja	4489,8	4489,8	100%
	10632,8	10593,1	99,6%

A **REN** é um conjunto de áreas que é objeto de proteção especial, atendendo aos seus **valor e sensibilidade ecológicos** e à sua **exposição e suscetibilidade perante riscos naturais**. As áreas que são integradas na REN passam a estar sujeitas a um conjunto de regras que limita os usos que lhes podem ser dados, bem como as formas de ocupação e transformação do solo.

A **REN** tem como objetivos proteger os recursos naturais água e solo; prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens; contribuir, dessa forma, para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, e para a concretização das prioridades da Agenda Territorial da União Europeia nos domínios ecológico e da gestão transeuropeia de riscos naturais.

A **delimitação de áreas** concretas como integrantes da REN é feita pelas Comissões de Coordenação e de Desenvolvimento Regional, **mediante proposta do município onde as áreas se inserem**.

Fonte: websigs das Câmaras Municipais de Santarém, Cartaxo e Azambuja.

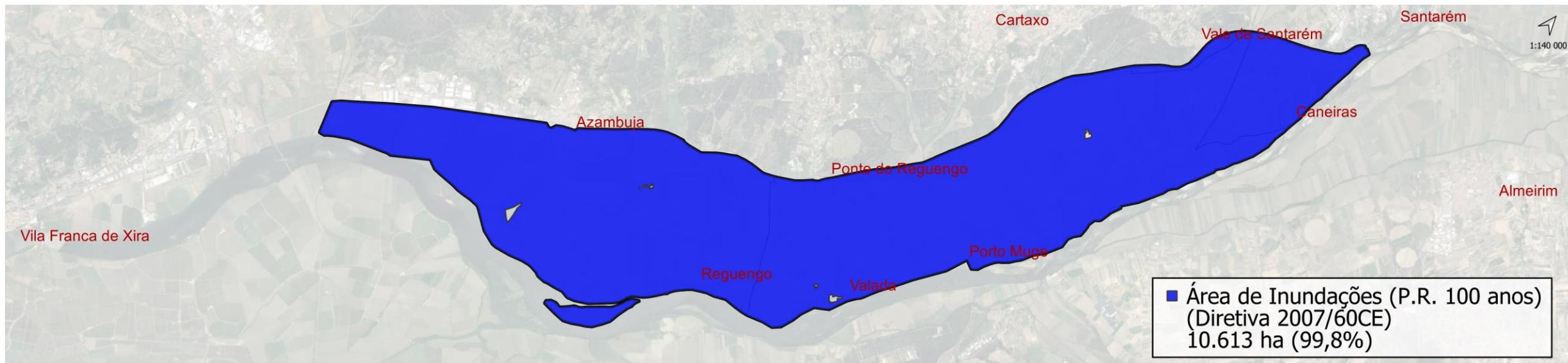


A **Zona Vulnerável a Nitratos de origem agrícola do Tejo** é uma vasta área (242 000 ha) que drena para águas poluídas ou em risco de virem a tornar-se poluídas com nitratos, como consequência, principalmente, da excessiva e/ou incorreta aplicação de azoto no solo de origem agrícola.

Para contrariar esta situação existe o **Programa de Ação das Zonas Vulneráveis a Nitratos** (Portaria nº 259/2012 de 28 de agosto) que estabelece um conjunto de regras e obrigações a que os detentores das explorações agrícolas/pecuárias, inseridas total ou parcialmente numa zona vulnerável, devem obedecer, nomeadamente obter análises de terras, de água para rega e foliares (quando aplicável), e elaborar um Plano de Fertilização.

Fonte: DRAPLVT

É da opinião dos autores do projeto que há muito trabalho a ser desenvolvido sobre esta temática. Os agricultores têm vindo, nos últimos anos a recolher e a analisar inúmeras amostras de terra e de água que poderão ser tidas em conta para uma eventual redefinição dos limites da Zona Vulnerável a Nitratos.



A **Directiva 2007/60CE** transposta para o direito nacional pelo Decreto-lei nº 115/2010, de 22 outubro, tem por objetivo estabelecer um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, a fim de reduzir as suas consequências na saúde humana, no ambiente, no património cultural e nas atividades económicas.

Fonte: APA

Trata-se de uma condicionante significativa com grande impacto na região, pois restringe a possibilidade de construção na mesma.



O perímetro de proteção é a área contígua à captação na qual se interditam ou condicionam as instalações e as atividades susceptíveis de poluírem as águas subterrâneas que engloba as seguintes zonas:

- **Zona de proteção imediata** - área da superfície do terreno contígua à captação em que, para a proteção direta das instalações da captação e das águas captadas, **todas as actividades são, por princípio, interditas**;
- **Zona de proteção intermédia** - área da superfície do terreno contígua exterior à zona de proteção imediata, de extensão variável, tendo em conta as condições geológicas e estruturais do sistema aquífero, definida por forma a eliminar ou reduzir a poluição das águas subterrâneas, onde são **interditas ou condicionadas as actividades e as instalações suscetíveis de poluírem aquelas águas**, quer por infiltração de poluentes, quer por poderem modificar o fluxo na captação ou favorecer a infiltração na zona próxima da captação;
- **Zona de proteção alargada** - área da superfície do terreno contígua exterior à zona de proteção intermédia, destinada a proteger as águas subterrâneas de poluentes persistentes, **tais como compostos orgânicos**, substâncias radioativas, metais pesados, hidrocarbonetos e nitratos, onde as actividades e instalações **são interditas ou condicionadas** em função do risco de poluição das águas, tendo em atenção a natureza dos terrenos atravessados, a natureza e a quantidade de poluentes, bem como o modo de emissão desses poluentes.



Zonas de Caça | ICNF

- Zonas de Caça Associativa (8.320 ha)
- Zonas de Caça Municipal (272 ha)
- Zonas de Caça turística (212 ha)

Figuras de ordenamento	Requerente	Área (ha)
Zona Caça Associativa (ZCA)	Associação Desportiva de Caçadores da Quinta do Vale da Pedra	93
	Clube de Caça e Pesca Os Avieiros	651
	Clube de Caçadoresde Vale de Santarém	1808
	ADCC Azambuja	1943
	Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho do Cartaxo	7
Zona Caça Municipal (ZCM)	Ass. de Caçadores e Pescadores do Concelho do Cartaxo	2668
	Vala Velha - Associação Caçadores e Pescadores	1061
	Clube de Caçadores de Vila Nova da Rainha	258
Zona Caça Turística (ZCT)	Associação Desportiva de Caçadores do Concelho da Azambuja	14
	Casa Agrícola Quinta das Barracas da Rainha, Unipessoal Lda	212

Figuras de ordenamento

Zonas de caça associativas (ZCA)

Privilegia o incremento e manutenção do associativismo dos caçadores, conferindo-lhes assim a possibilidade de exercerem a gestão cinegética;

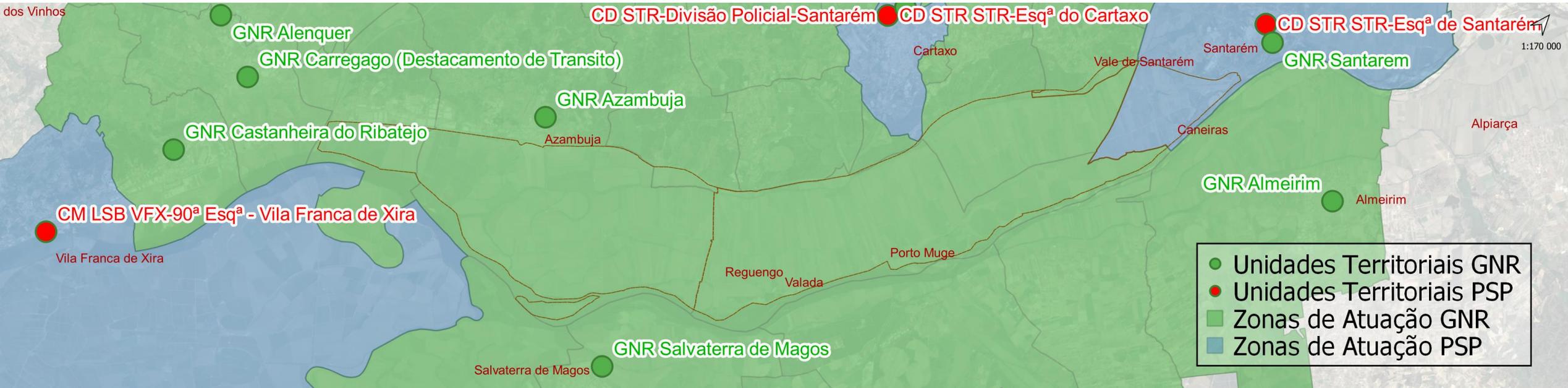
Zonas de caça municipais (ZCM)

Proporciona o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições particularmente acessíveis;

Zonas de caça turísticas (ZCT)

Privilegia o aproveitamento económico dos recursos cinegéticos, garantindo a prestação de serviços turísticos adequados, a definir num plano de aproveitamento turístico.

Fonte: ICNF



Apresenta-se as unidades territoriais e respetivas zonas de atuação das forças de segurança da região.

Foram realizadas as primeiras reuniões com as Unidades Territoriais da GNR (Cartaxo e Azambuja) no sentido discutir objetivos, necessidades de regulamentação e meios disponíveis da GNR para Patrulhamento da Zona.



Objecto de gestão	Responsabilidade	Buffer	Área faixa gestão (ha)
Margens Vala da Azambuja	APA	30 m	216
Margem Rio Tejo		30 m	121
Caminhos pedonais Diques (33 km)		2 m	7
Linha de comboio	IP	-	5
			349



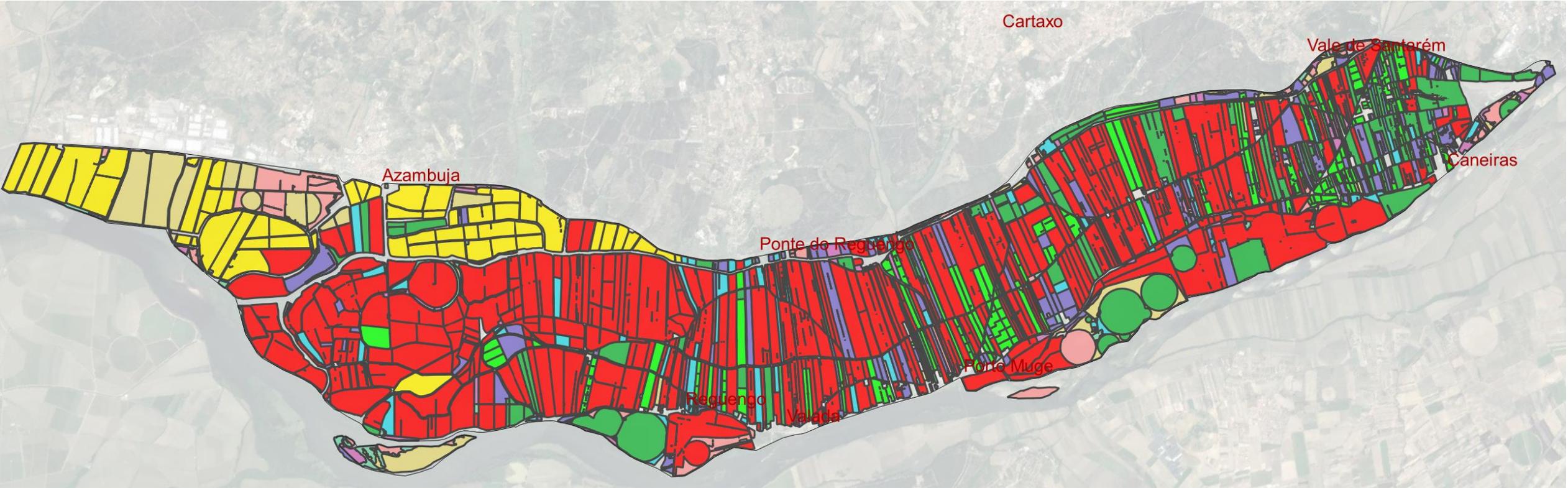
Diques de proteção (imagens do autor)

Cerca de 344 ha, ou seja, 3% da área total do projeto encontra-se sob a responsabilidade de gestão e manutenção da APA.

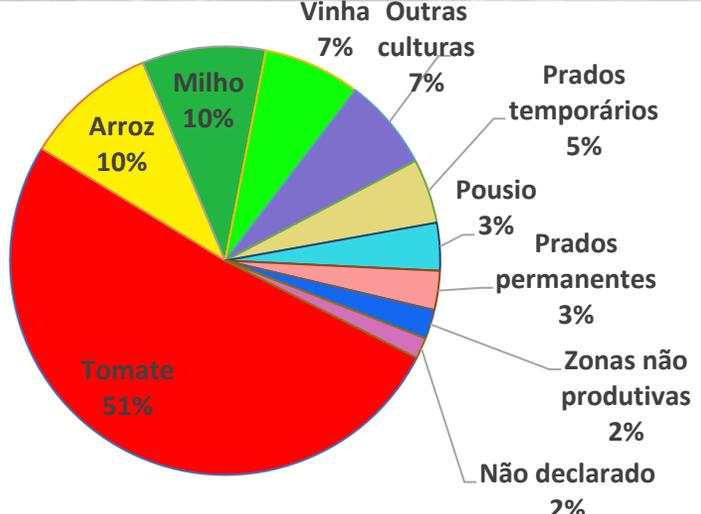


Caraterização Campanha Agrícola | Campanha 2022

- Ocupação cultural
- Estimativa de necessidades hídricas da região
- Organização da produção
- Dimensão das entidades gestoras



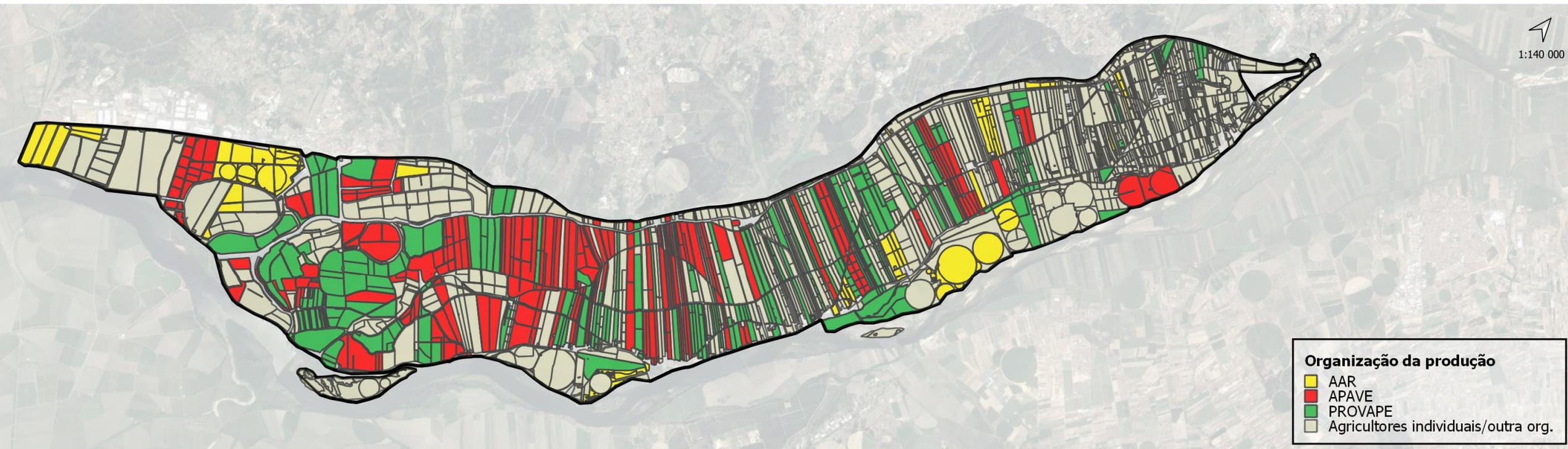
Ocupação cultural	Área (ha)	%
Tomate	4.966	51
Arroz	970	10
Milho	952	10
Vinha	707	7
Outras culturas	674	7
Prados temporários	471	5
Pousio	298	3
Pastagens permanentes	285	3
Zonas não produtivas	215	2
Não declarado	153	2
Total	9.691	



Da área de cultivo, cerca de **51%** corresponde à cultura do **tomate** que representa de uma forma destacada a principal cultura da região com uma presença transversal no território em estudo.

Ocupação cultural	Área ha	Dotação ref. m3/ano	Necessidades hídricas	
			Milhões m3	%
Tomate	4.966	6.000	29,8	50%
Arroz	970	12.500	12,1	20%
Milho	952	7.000	6,7	11%
Prados temporários	471	6.000	2,8	5%
Vinha	707	3.000	2,1	4%
Pastagens permanentes	285	5.000	1,4	2%
Não declarado	153	5.000	0,8	1%
Outras culturas	674	5.000	3,4	6%
Total	9.178		59,1	100%

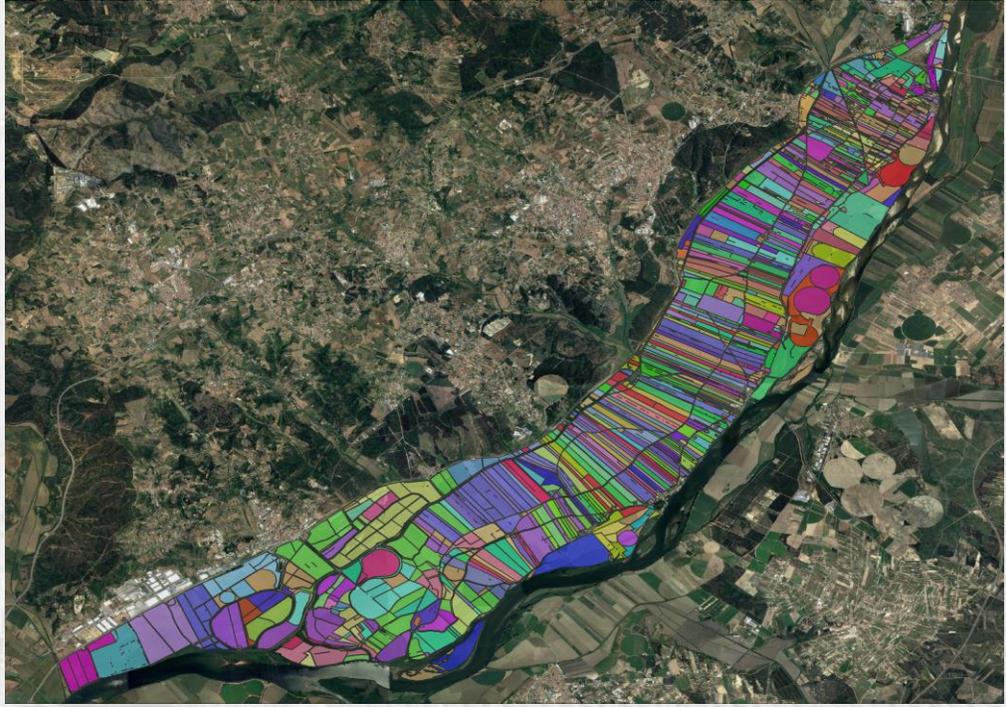




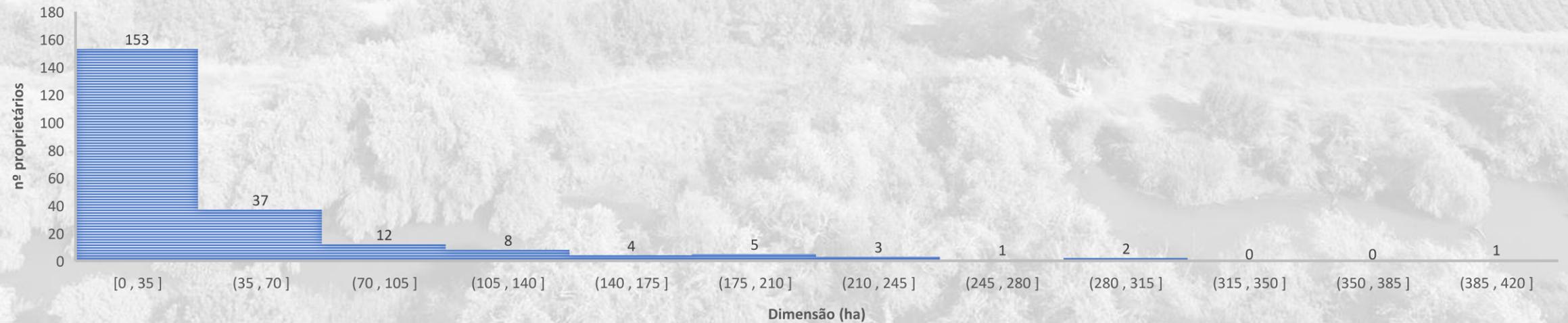
Da área de cultivo declarada, cerca de **48%** encontra-se inscrita em organizações de produtores conhecidas (APAVE, PROVAPE) e AAR. A restante área corresponde a agricultores individuais e/ou outras organizações não identificadas.

Parcelário

Nº de Entidades (Pedido Único) 232	Nº de parcelas (parcelário) 3.379
Área média das entidades gestoras (PU) 39,9 ha	
Área média das parcelas (parcelário) 2,7 ha	



HISTOGRAMA DIMENSÃO DAS ENTIDADES GESTORAS



Parcelário

Nº de Entidades

(Pedido Único)

232

Nº de parcelas

(parcelário)

3.379

Área média das entidades gestoras (PU)

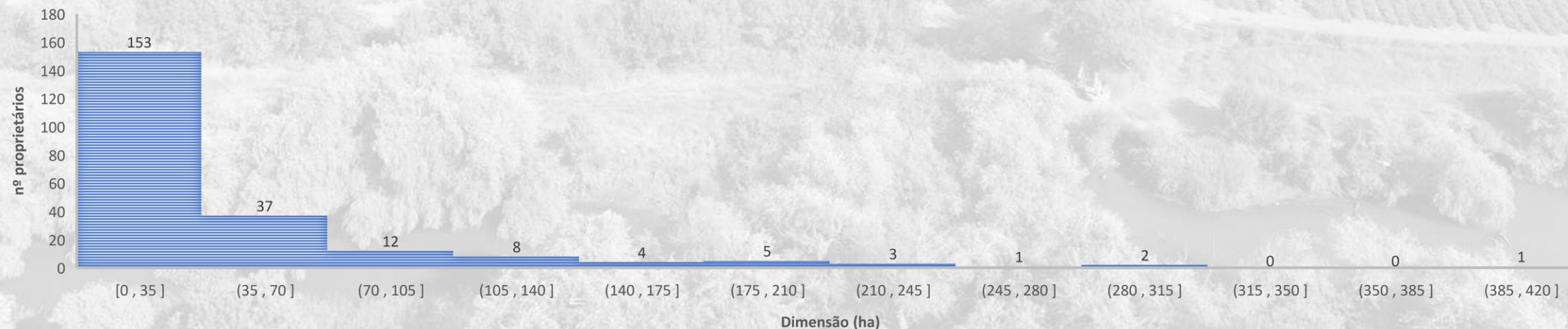
39,9 ha

Área média das parcelas (parcelário)

2,7 ha

		Geral	Azambuja	Cartaxo	Santarém
Entidades	Número	227	70	147	52
	Área média	40 ha	56 ha	32 ha	11 ha
Parcelas	Número	3.255	833	1.998	571
	Área média	2,5 ha	4,7 ha	2,4 ha	1,0 ha

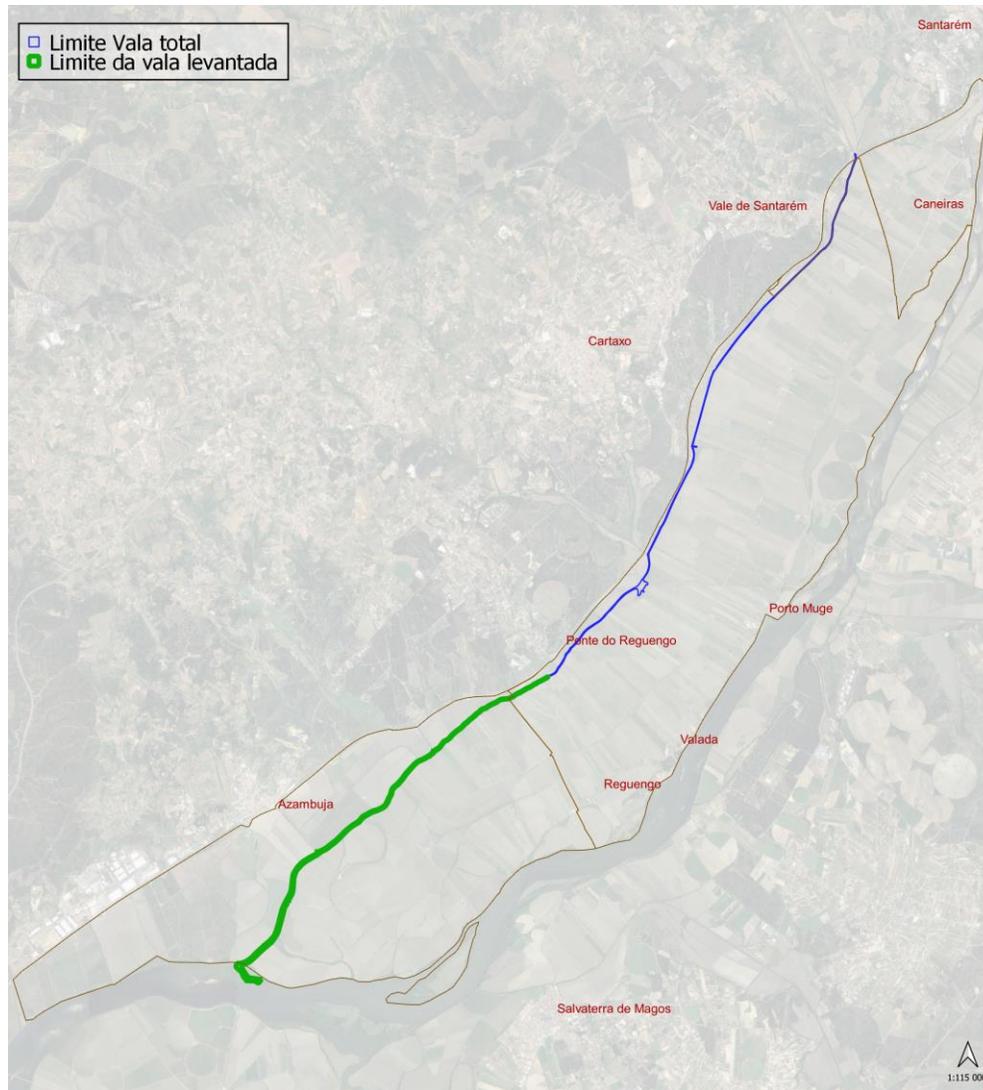
HISTOGRAMA DIMENSÃO DAS ENTIDADES GESTORAS



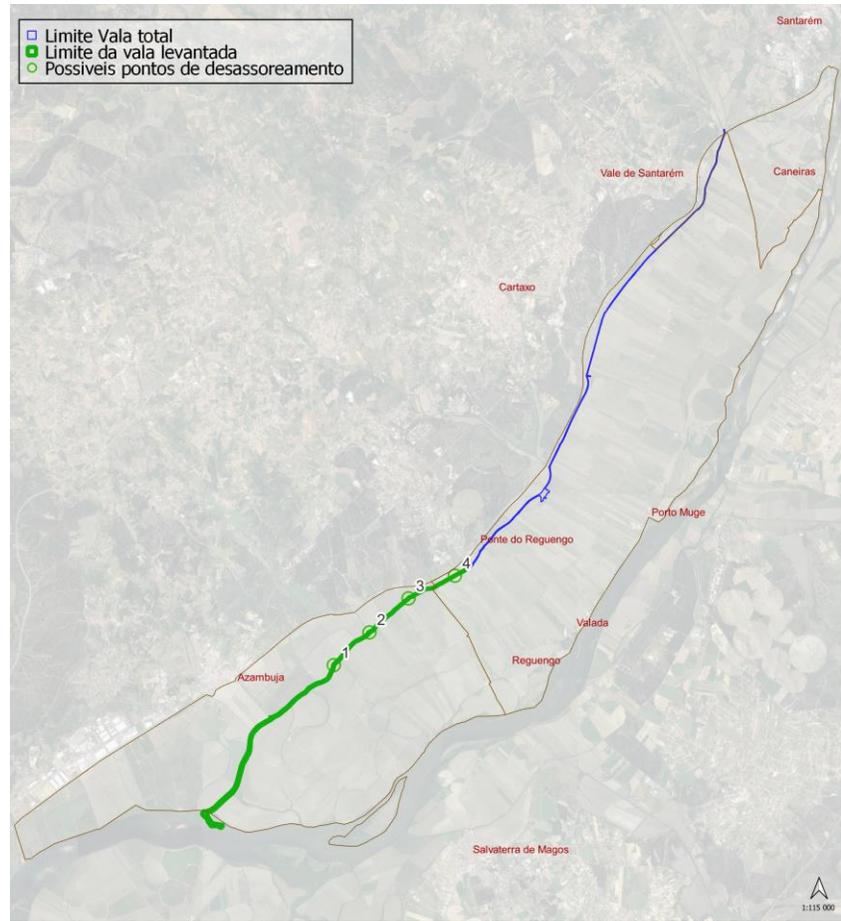
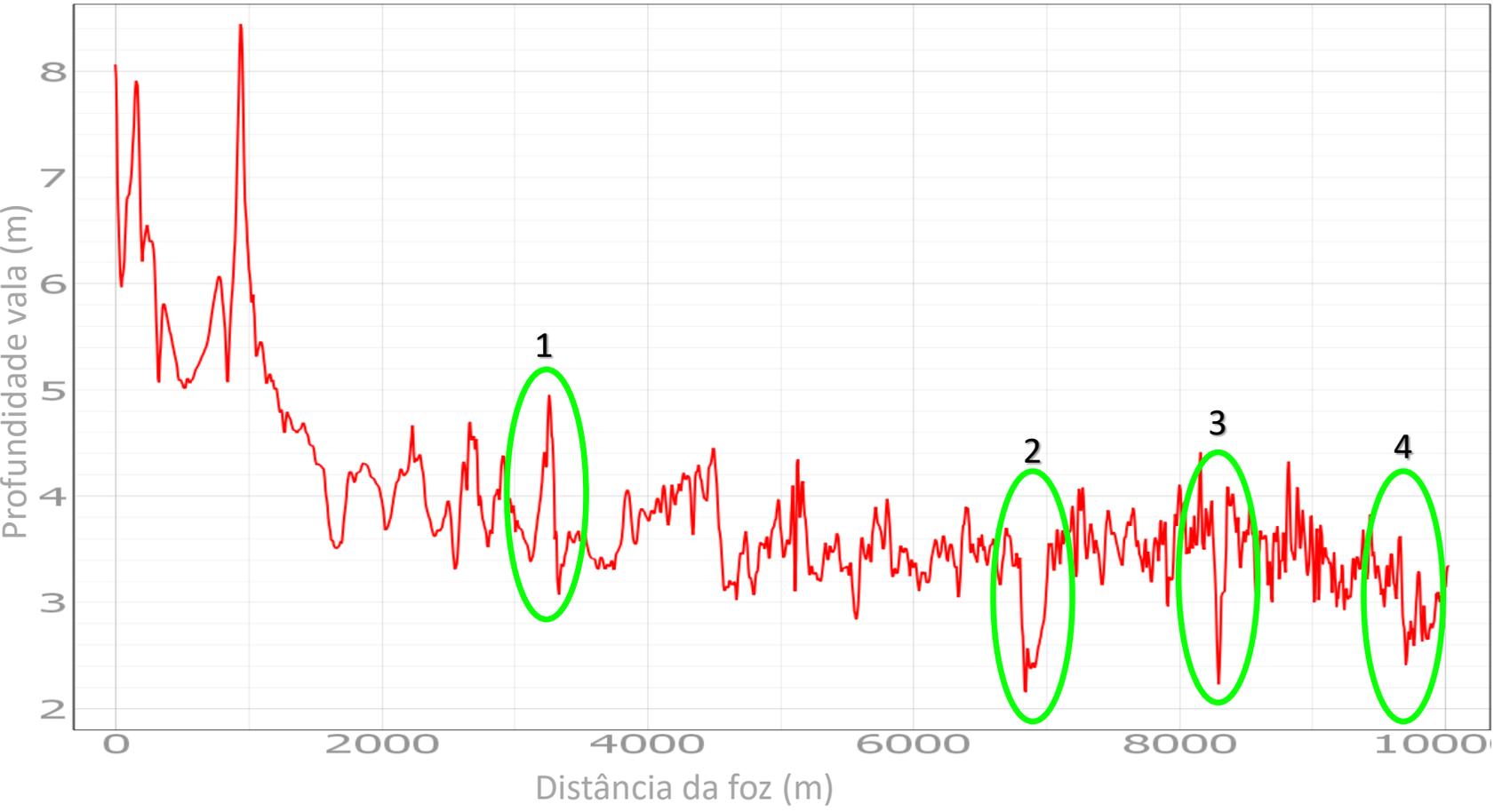
Avaliação do estado atual da Vala da Azambuja

- Levantamento batimétrico parcial da Vala
 - Estado de assoreamento
- Voo de drone de alta resolução:
 - Identificação de captações
 - Identificação de portas de água
 - Controlo da vegetação

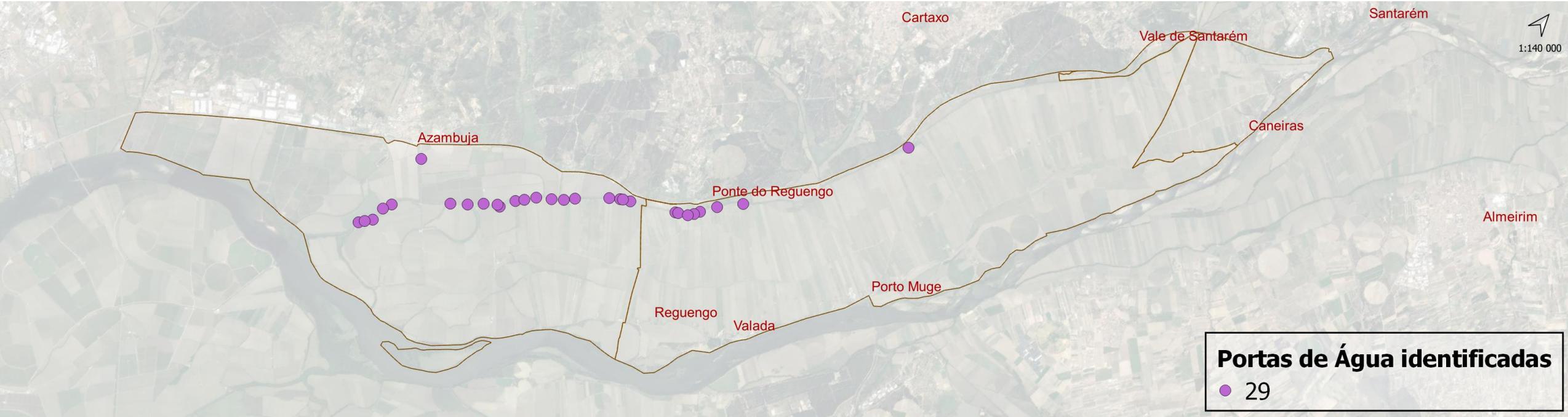




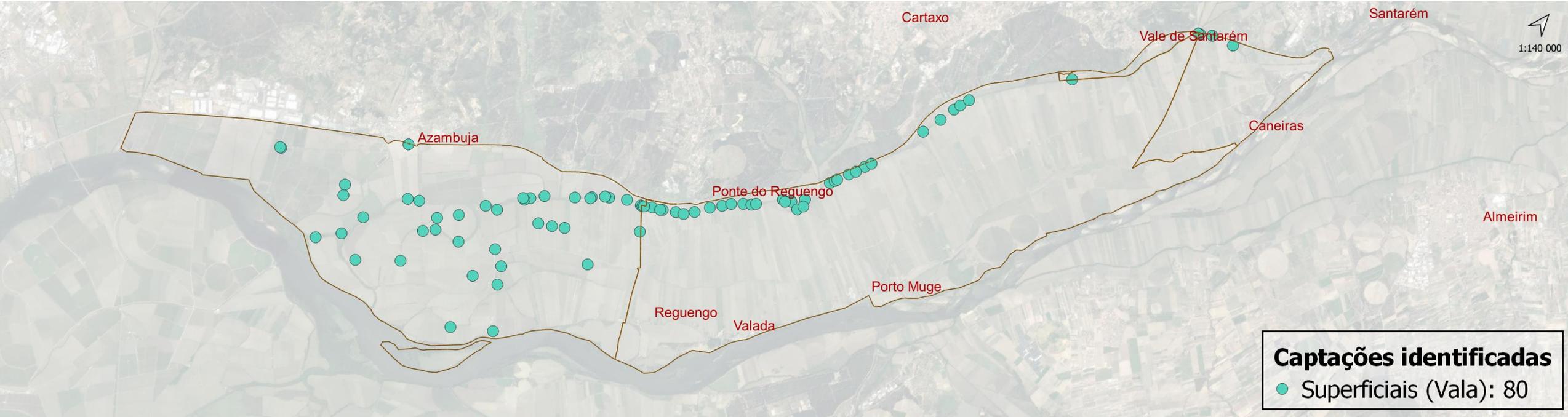
No dia 30 de Agosto de 2021, uma equipa da Agro Analítica com auxílio de um pescador local executou o levantamento batimétrico da Vala da Azambuja. Foi somente possível navegar em cerca de 10 km (de um total de 24 km) devido à abundância de vegetação no leito da vala. Foi levantada a profundidade da vala desde a sua foz até às imediações da Ponte do Reguengo.



Pelo gráfico apresentado conclui-se que existem bastantes oscilações de profundidade ao longo do percurso levantado. De realçar quatro zonas onde a oscilação de profundidade é cerca de 2 metros num curto espaço, o que neste caso, correspondem aos locais com maior necessidade de intervenção de limpeza e desassoreamento.





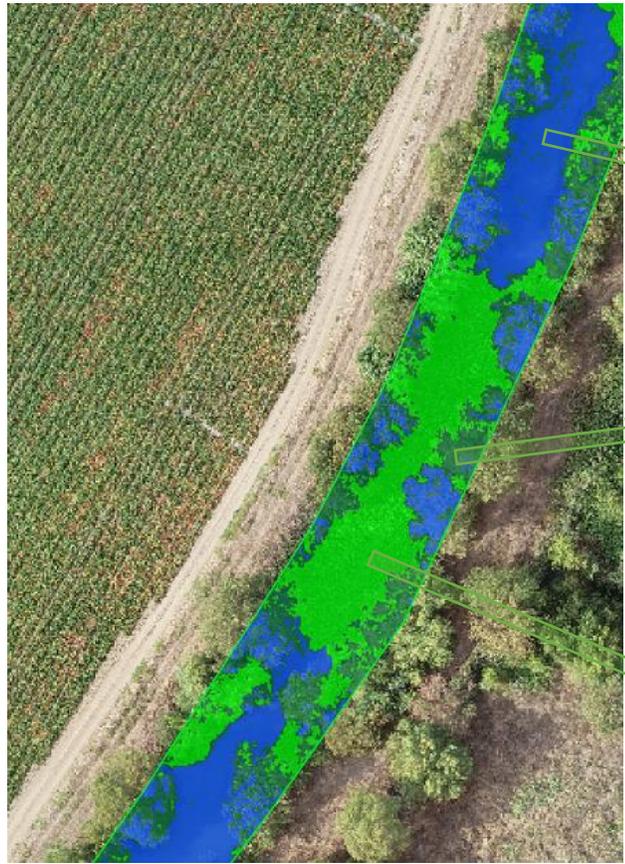




Foi elaborado um algoritmo de **deteção remota** que permitiu detetar diferentes elementos nas imagens de alta resolução captadas por drone. Neste caso, identificou-se (à data dos levantamentos das imagens 6-9 setembro 2022) a área ocupada por Jacintos-de-água, Árvores ou vegetação no curso da vala.



Aproximação a Ortofotomapa da Vala da Azambuja



Resultado do algoritmo de deteção remota que permite detetar diferentes espécies de vegetação

- Água
- Árvores/Vegetação
- Jacinto-de-água





Classificação	Área total (ha)	Azambuja (ha)	Cartaxo (ha)	Santarém (ha)
Água	39,3 (51%)	30,62 (71%)	7,3 (25%)	1,4 (29%)
Árvores/vegetação	29,6 (38%)	12,7 (29%)	13,6 (46%)	3,3 (69%)
Jacinto-de-água	8,5 (11%)	0 (0%)	8,4 (29%)	0,1 (2%)
Área total vala	77,4	43,3	29,3	4,8

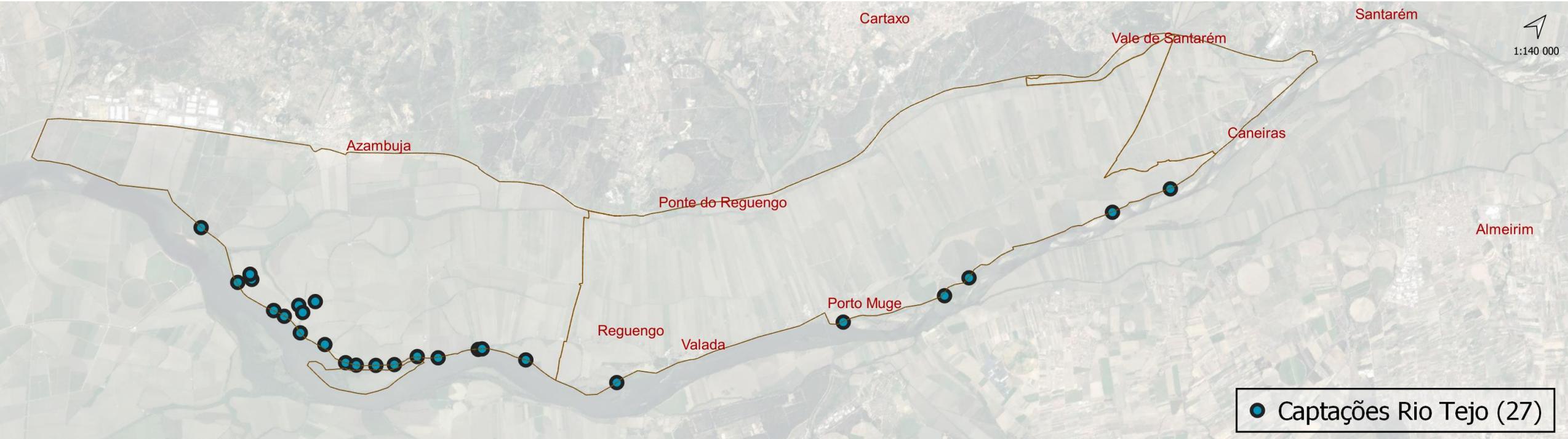
Observações

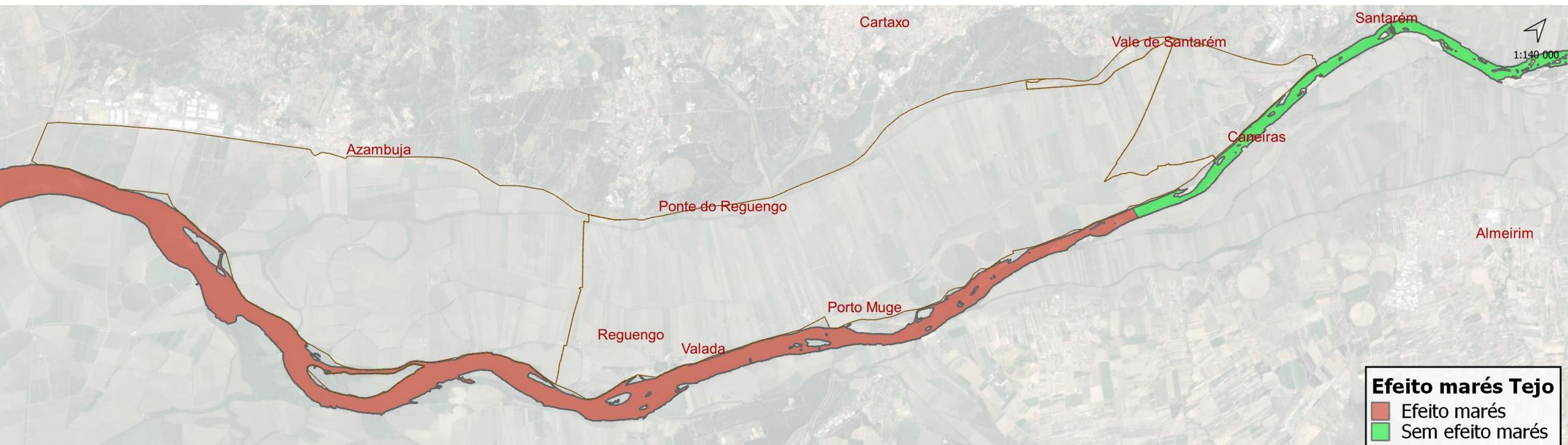
- ❑ Cerca de **49% do curso da vala** encontrava-se ocupado por vegetação onde grande parte de esta necessitava de limpeza e manutenção;
- ❑ A zona da vala pertencente ao concelho da Azambuja é a que se apresenta uma menor presença de vegetação (cerca de 29%);
- ❑ De realçar também a forte presença de Jacinto-de-água no concelho do Cartaxo (cerca de 29% da área correspondente).

Rio Tejo

- Estado atual
 - Identificação de captações superficiais (Rio Tejo)
 - Influência das marés
 - Variabilidade do caudal
- Possíveis captações de água no Rio Tejo para alimentação da Vala da Azambuja (4 hipóteses)





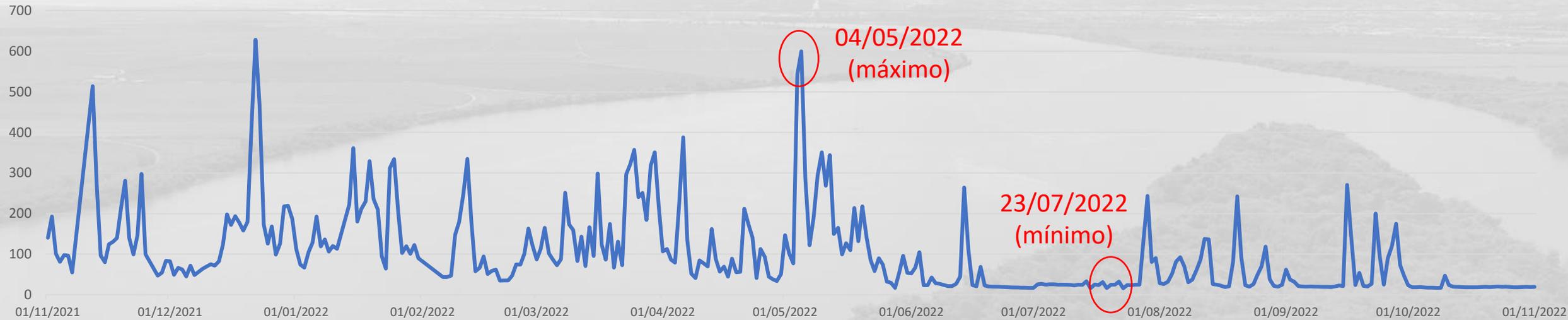


Apresenta-se uma cartografia do efeito das maré no Rio Tejo elaborada através de entrevistas a agricultores e proprietários. Não pretende ser uma abordagem rigorosa mas sim, uma aproximação da realidade.

04/05/2022 – 542 m³/s

Caudal médio diário | Almourol m³/segundo

23/07/2022 – 16 m³/s



Apresenta-se o caudal médio diário medido na estação de Almourol (última estação de monitorização a montante) que nos permite analisar de uma forma muito evidente a dinâmica da variabilidade do caudal do Rio Tejo e como esta influencia as oscilações da cunha salina a sul.

Fica também evidenciado que registando caudais mínimos desta natureza (16 m³/s) com duração aproximada de um mês comprometem o eficaz aproveitamento das captações no Rio Tejo para rega assim como dificultam a hipótese de uma eventual adoção de águas na vala de Azambuja.



De forma a quantificar o efeito que a variabilidade do caudal provoca no leito do rio propõe-se uma abordagem de medição de área de espelho de água durante o período de caudal máximo e mínimo registado.

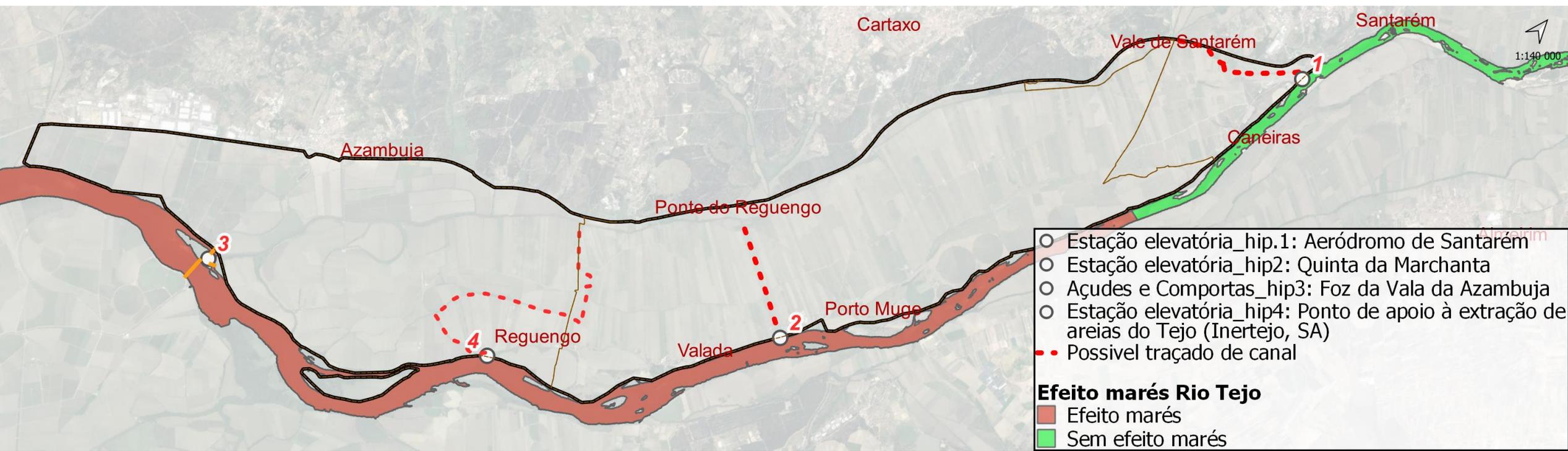
No dia 4 de maio, data do maior caudal registado, na zona do projecto o espelho de água foi de 1.630 ha, enquanto no dia 23 de julho, data do menor caudal registado, o espelho de água foi de 1.550ha o que representa uma **redução de 5%**.

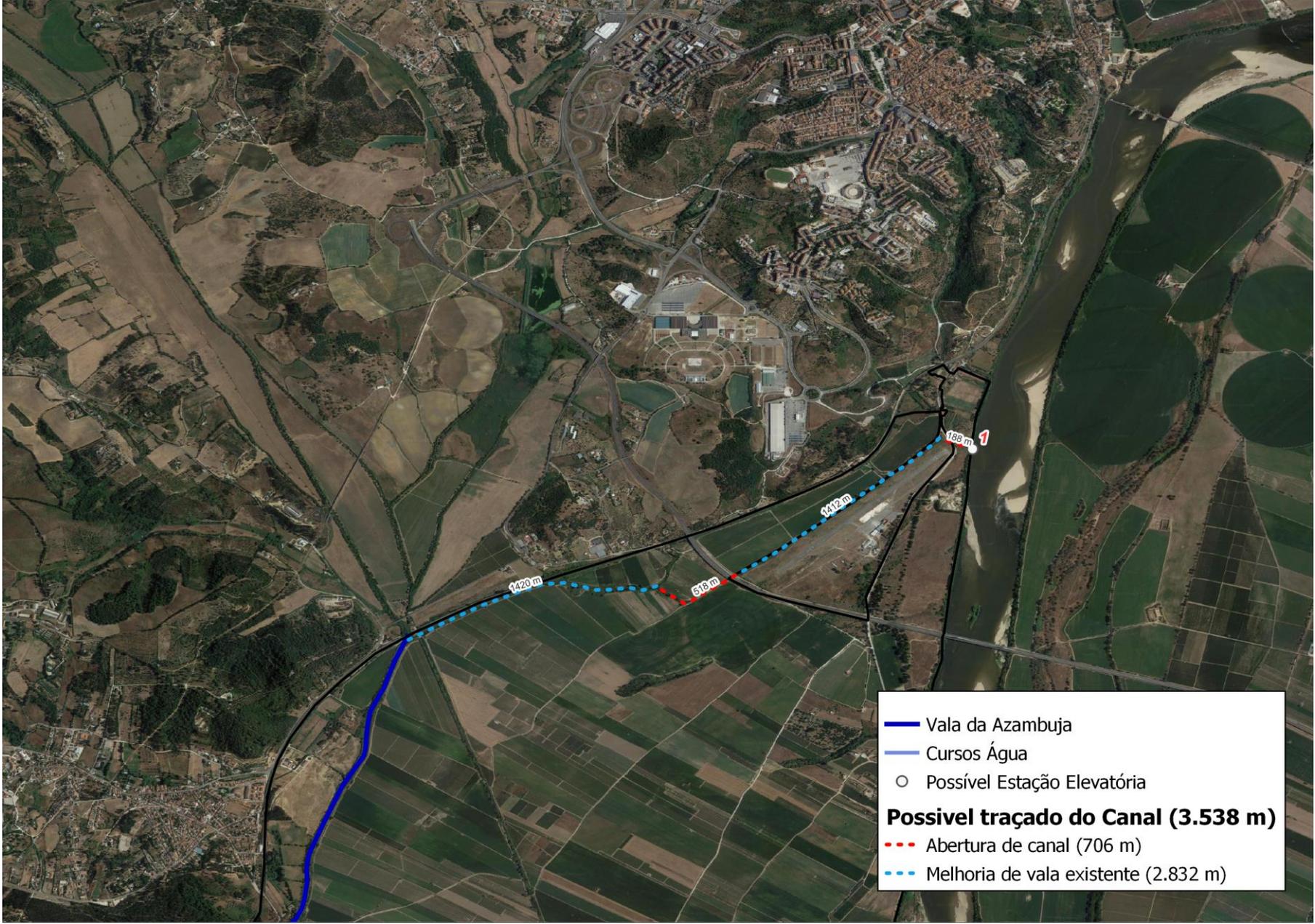
Tendo em conta que as marés tem um efeito mitigador da variabilidade, elaborou-se o mesmo raciocínio somente na zona onde a maré não se faz sentir. Nesta zona o espelho de água passou de 155ha (dia de maior caudal) para cerca de 88 ha (dia de menor caudal) o que representa uma **redução de 43%** na área de espelho de água.

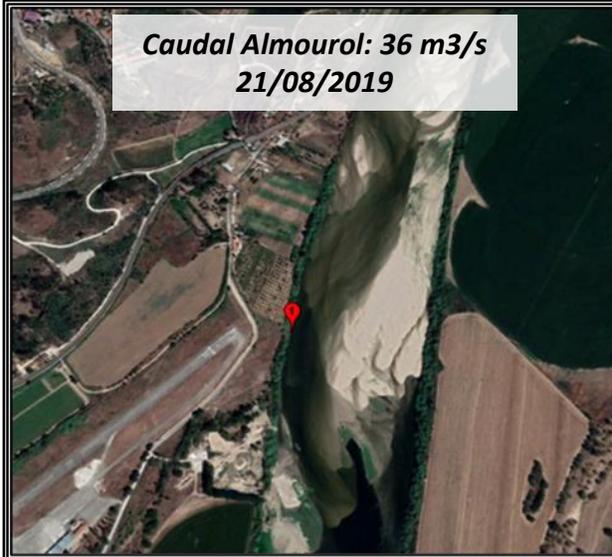
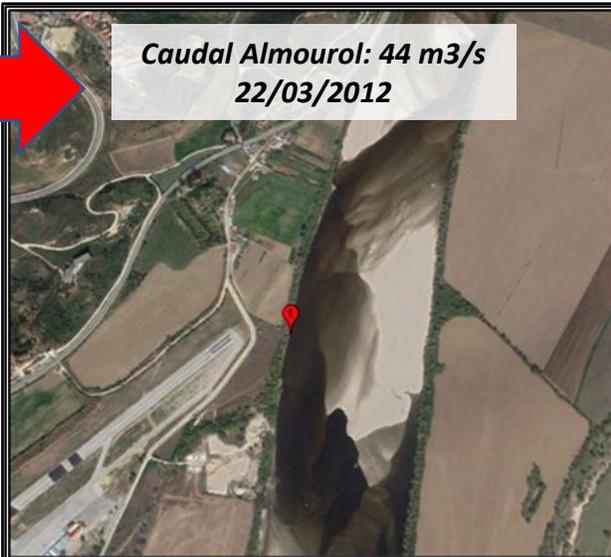
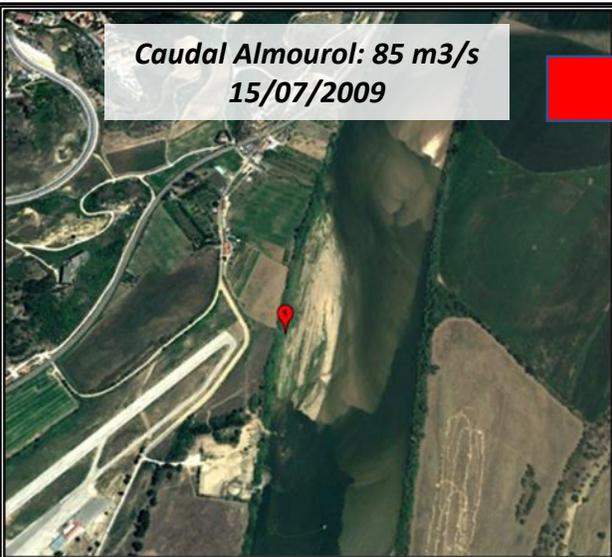
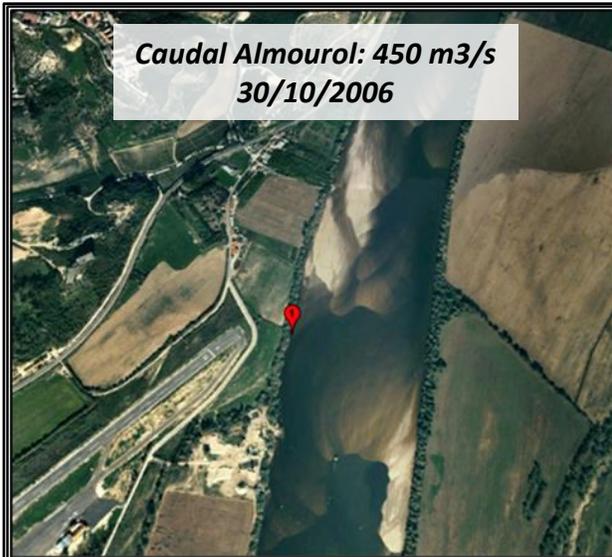


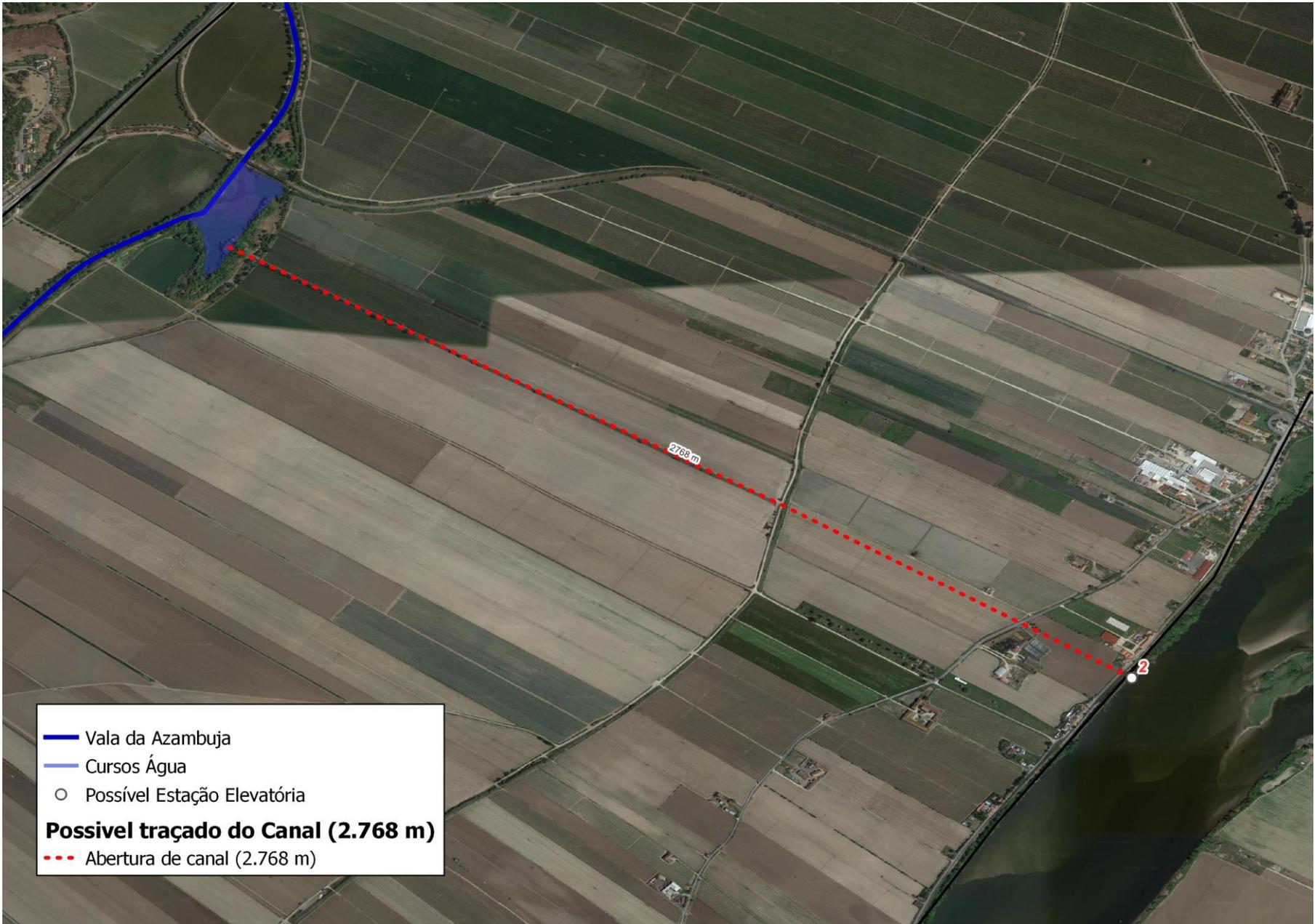
Fonte: APAVE - “Projeto de gestão dos recursos hídricos Azambuja/Valada” (dezembro de 2018).

Hipóteses desenvolvidas originalmente pela APAVE







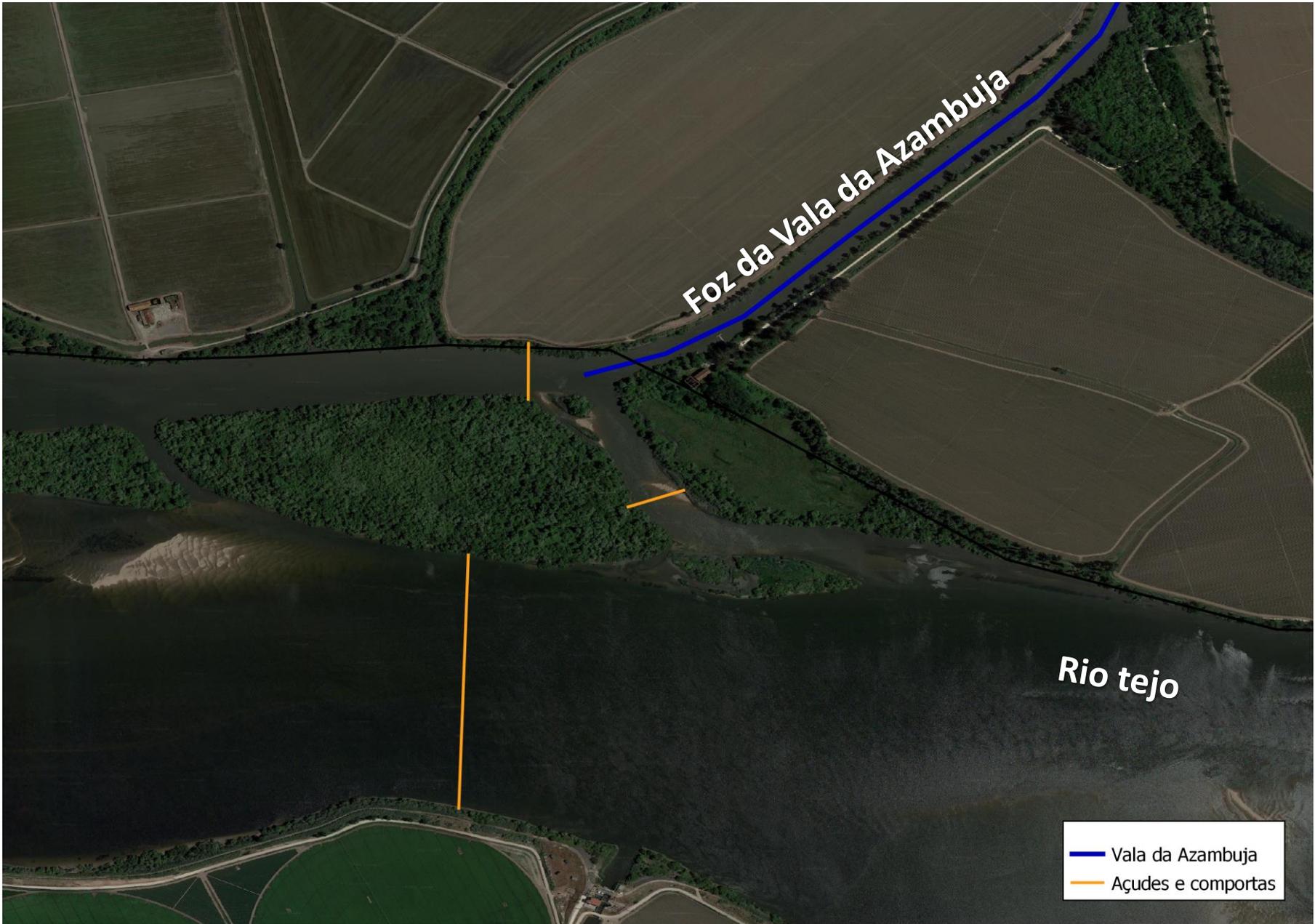


- Vala da Azambuja
- Cursos Água
- Possível Estação Elevatória

Possível traçado do Canal (2.768 m)

- - - Abertura de canal (2.768 m)



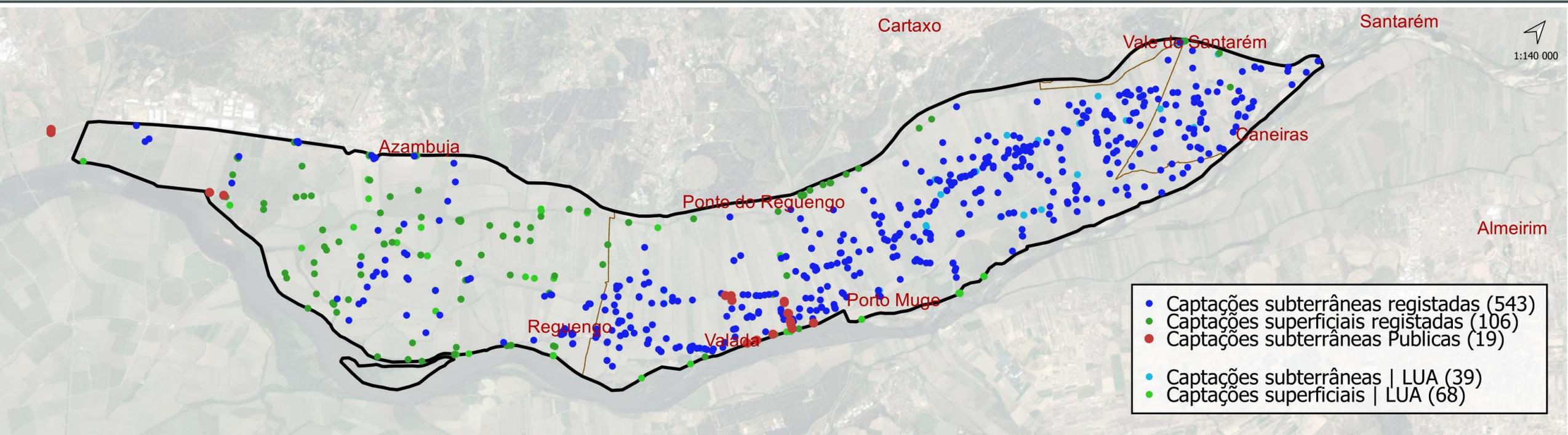




Recursos hídricos existentes

Captações registadas e em vigor (APA)





- Captações subterrâneas registadas (543)
- Captações superficiais registadas (106)
- Captações subterrâneas Públicas (19)
- Captações subterrâneas | LUA (39)
- Captações superficiais | LUA (68)

O padrão espacial desta camada de informação mostra uma concentração de **captações superficiais** junto à foz e ao longo da vala/Tejo, enquanto as **captações subterrâneas** surgem ao longo da via de comunicação central e tendencialmente no terço superior norte da região.

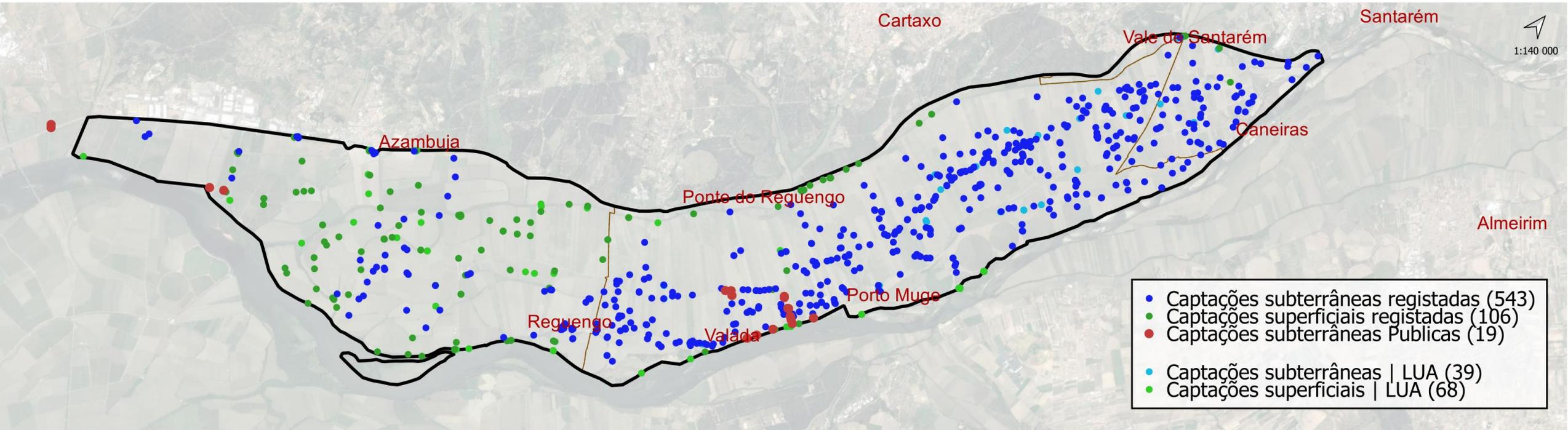
Registos SILIAMB e TURH

	Captações registadas (histórico)
	Nº captações
Subterrâneo	543
Superficial	106
	649

Licenciamento Único Ambiental (LUA) | Entrada em vigor Dezembro 2021

	Captações registadas (histórico)
	Nº captações
Subterrâneo	39
Superficial	68
	107

Fonte: APA (atualização: 30.05.2023)



O padrão espacial desta camada de informação mostra uma concentração de **captações superficiais** junto à foz e ao longo da vala/Tejo, enquanto as **captações subterrâneas** surgem ao longo da via de comunicação central e tendencialmente no terço superior norte da região.

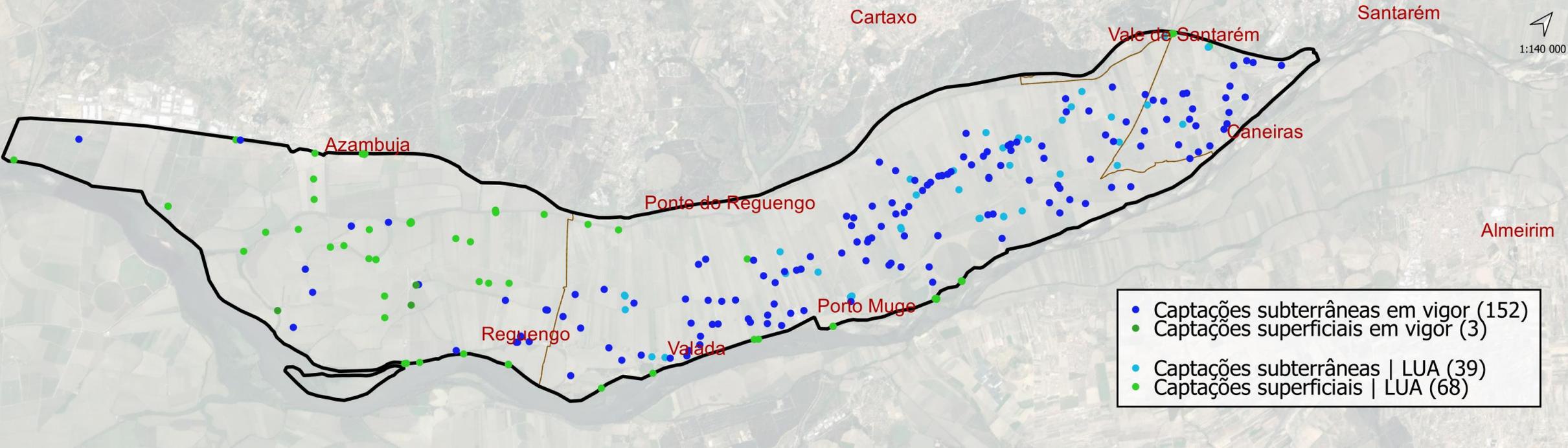
Registos SILIAMB e TURH

	Captações registadas (histórico)	
	Nº captações	Área regada (ha)
Subterrâneo	543	3.140
Superficial	106	2.511
	649	5.651

Licenciamento Único Ambiental (LUA) | Entrada em vigor Dezembro 2021

	Captações registadas (histórico)	
	Nº captações	Área regada (ha)
Subterrâneo	39	não fornecido
Superficial	68	não fornecido
	107	

Fonte: APA (atualização: 30.05.2023)



Dos 9.100 ha de área de cultivo, a APA tem registo de 5.651 ha (62%) de área servida por captações, estando, à data do estudo, apenas 2.203 ha (24%) em vigor.

É de sublinhar que alguns dados disponibilizados apresentam bastantes lacunas de informação ou de registo incompleto/duplicado.

Registos SILIAMB e TURH

	Captações registadas (histórico)	
	Nº captações	Área regada (ha)
Subterrâneo	543 (152 em vigor)	3.140 (2.190 ha em vigor)
Superficial	106 (3 em vigor)	2.511 (13 ha em vigor)
	649 (155 em vigor)	5.651 (2.203 ha em vigor)

Licenciamento Único Ambiental (LUA) | Entrada em vigor Dezembro 2021

	Captações registadas (histórico)	
	Nº captações	Área regada (ha)
Subterrâneo	39 (8 em vigor)	não fornecido
Superficial	68 (30 em vigor)	não fornecido
	107 (38 em vigor)	

Fonte: APA (atualização: 30.05.2023)

Pontos positivos:

- **Iniciativa e trabalho conjunto** dos três municípios envolvidos que mostraram **grande disponibilidade** e envolvimento e colaboração de várias entidades publicas (especialmente da APA);
- **Recolha e organização de camadas de informação importantes** que poderão contribuir para o ordenamento do território mais atual e dinâmico;
- Colaboração das principais Organizações de Produtores da região;
- Levantamento e quantificação de indicadores que permitirão de uma forma rápida e mensurável cálculos de apoio à resolução de fatores limitantes;

Dificuldades:

- **Muitas lacunas nos dados obtidos;**
- **Necessidade de homogeneizar informação das 3 câmaras e organismos oficiais;**
- Território sem gestão consistente e coordenada dos diversos Organismos oficiais;
- Povoações protegidas com diques por se encontrarem em leito de cheia resultam em pareceres CCDR negativos;
- APA com informação desatualizada;

Oportunidades:

- **Infraestruturas existentes (mas com ausência de manutenção);**
- **Proximidade ao Rio Tejo;**
- Qualidade e oportunidades para dinamizar a região não so em termos agrícolas, como de turismo;
- Qualidade dos solos;
- Gestão centralizada numa só entidade (profissional e responsável) que conseguisse coordenar e fazer a ponte entre todas as entidades interessadas (agricultores, proprietários, entidades publicas) seguindo o exemplo do campo de Vila Franca de Xira;

Ameaças:

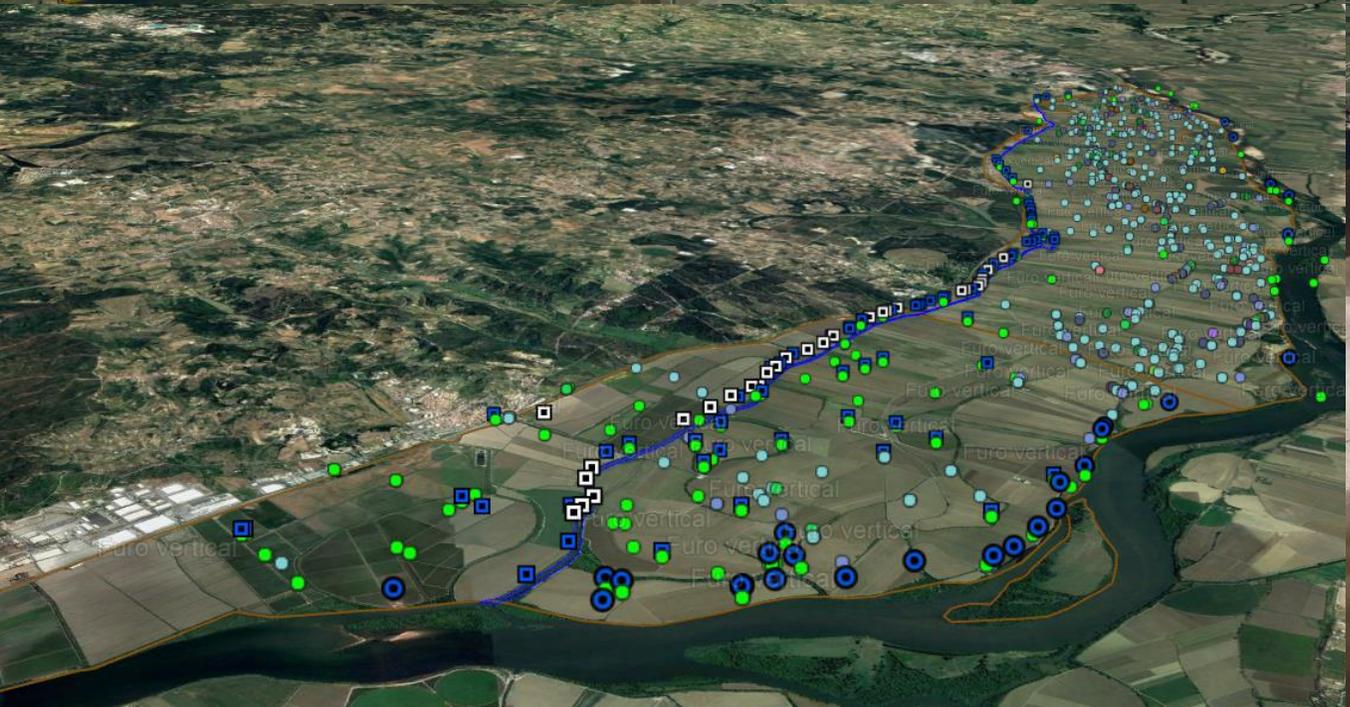
- **Variabilidade dos caudais do Rio Tejo;**
- Ameaça da Cunha Salina poderá vir a comprometer a médio-longo prazo;
- Gestão anárquica do caudal do Tejo o que causa Imprevisibilidade e variabilidade muito elevada de manter de caudais mínimos aceitáveis e equilibrados.

Desafio para o Futuro

Concentrar a gestão do território numa única Entidade Profissional e com responsabilidades, direitos e obrigações bem definidos – que consiga coordenar e fazer a ponte entre todas as Entidades Públicas com responsabilidades locais.

Entidades que colaboraram com este projeto:





Projeto de Gestão dos Recursos Hídricos e Ordenamento do Território do Vale do Rio Tejo

Trabalho desenvolvido e executado em estreita colaboração e a pedido da AAR, responsável pela sua orientação e coordenação, tendo presente o Protocolo estabelecido com os Municípios de Santarém, Cartaxo e Azambuja.

Relatório final

5 Junho 2023 | Feira Nacional de Agricultura

